## MEDIDA PROVISÓRIA 1000/20

Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

## **EMENDA À MP 1000/20**

Dê-se ao art. 1° da MP 1.000 de 2 de setembro de 2020, a seguinte redação:

Art. 1° Fica instituído, até 31 de dezembro de 2020, o auxílio emergencial residual, a ser pago em até quatro parcelas mensais no valor de R\$ 600,00 ao trabalhador beneficiário do auxílio emergencial de que trata o art. 2° da Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, a contar da data de publicação desta Medida Provisória.

2		0	)																																											
S	•		•	 	 ٠.	•	٠.	 	٠.	 ٠.	 	٠.	 	 	 	٠.	٠.	 ٠.	 •	 •	• •	•	-	٠.	• •			•	• •	• •	• •	٠.	• •		 	 ٠.	••	 	 	 	 ٠.	٠.	٠.	٠.	-	

§°2° O auxílio emergencial e o auxílio emergencial residual devem ser pagos, integralmente, a todos os beneficiários, em tempo hábil, independente da data final instituída.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda pretende corrigir a insuficiência do valor sugerido pelo Governo e impedir que o cidadão que tenha sido inscrito com a confirmação do benefício seja alijado do direito em razão de desorganização ou má fé do Poder Executivo.

Desde a efetivação do pagamento do auxílio emergencial que milhões de brasileiros ficaram impedidos de receber os valores aprovados. A Caixa

Econômica não se preparou para cumprir o imenso desafio de socorrer a população desempregada ou de baixa renda. O País assistiu atônito a aglomeração dos cidadãos em filas quilométricas nas agências da Caixa Econômica Federal, fenômeno que até o presente ainda não foi corrigido.

Ao editar a presente Medida Provisória, o governo revela grave descompromisso com o caótico quadro social brasileiro de desemprego e retorno crescente da extrema pobreza. A data de 31 de dezembro não pode ser tornada um emblema distópico da nossa realidade, com o Governo Bolsonaro descumprindo um clamor nacional pelo pagamento integral dos auxílios emergenciais.

Sala das Sessões, em 8 setembro de 2020.

ORLANDO SILVA Deputado Federal - PCdoB / SP